

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício, a DTVM apresentou um lucro de R\$ 100.633 mil, correspondente a R\$ 2.012,66 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 88.273 mil. Em 31 de dezembro de 2016, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 7.958,62 com aumento de 24,04% em relação ao exercício anterior. São Paulo, 13 de março de 2017. **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		935.802	897.584	Circulante		543.463	582.070
Disponibilidades	4	343	189	Outras obrigações		543.463	582.070
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	931.296	893.273	Fiscais e previdenciárias	6 e 8	51.340	52.236
Aplicações em depósitos interfinanceiros		931.296	893.273	Negociação e intermediação de valores	7	488.117	526.653
Outros créditos	6	4.103	4.063	Diversas	6	4.006	3.181
Rendas a receber		3.551	3.256				
Diversos		552	807				
Outros valores e bens		60	59	Exigível a longo prazo		23.278	22.174
Despesas antecipadas		60	59	Outras obrigações		23.278	22.174
Realizável a longo prazo		28.261	26.761	Fiscais e previdenciárias	6 e 8	22.678	21.237
Outros créditos	6	28.261	26.761	Diversas	6	600	937
Diversos		28.261	26.761				
Permanente		609	697	Patrimônio líquido	10	397.931	320.798
Investimentos		1	1	Capital social		274.104	194.104
Outros investimentos		1	1	De domiciliados no País		274.104	194.104
Imobilizado de uso		608	696	Reservas de capital		2.584	2.584
Outras imobilizações de uso		847	841	Reservas de lucros		121.243	124.110
(Depreciações acumuladas)		(239)	(145)				
Total do ativo		964.672	925.042	Total do passivo e patrimônio líquido		964.672	925.042

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subvenção para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2014		134.104	2.584	11.252	84.585	-	232.525
Aumento de capital	10	60.000	-	-	(60.000)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	88.273	88.273
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal		-	-	4.414	-	(4.414)	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	83.859	(83.859)	-
Em 31 de dezembro de 2015		194.104	2.584	15.666	108.444	-	320.798
Aumento de capital	10	80.000	-	-	(80.000)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	100.633	100.633
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	10	-	-	5.032	-	(5.032)	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	72.101	(72.101)	-
Juros sobre o capital próprio	10	-	-	-	-	(23.500)	(23.500)
Em 31 de dezembro de 2016		274.104	2.584	20.698	100.545	-	397.931
Em 30 de junho de 2016		274.104	2.584	15.666	28.444	46.004	366.802
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	54.629	54.629
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	10	-	-	5.032	-	(5.032)	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	72.101	(72.101)	-
Juros sobre o capital próprio	10	-	-	-	-	(23.500)	(23.500)
Em 31 de dezembro de 2016		274.104	2.584	20.698	100.545	-	397.931

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua operacionalmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram aprovadas pela Administração em 13 de março de 2017. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e o Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Auração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. (b) **Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. (c) **Permanente:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens, em até 20%. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normalizada pela Resolução nº 3.566 do CMN, tem periodicidade anual. (d) **Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (e) **Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (f) **Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) **Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. (f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme art. 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015, frente à alíquota de 15% utilizada em junho de 2015. O ativo diferido refere-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2016: (a) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (b) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado, mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15. (g) **Caixa e equivalentes de caixa:** São demonstrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa e incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. (h) **Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 - Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição. (i) **Juros sobre capital próprio:** Os juros sobre o capital próprio pagos são tratados, para fins das demonstrações contábeis, como dividendos e são apresentados como uma redução do Patrimônio Líquido. Assim, para efeito de elaboração e publicação da demonstração do resultado, o montante da despesa incorrida é objeto de ajuste mediante reclassificação para lucros acumulados. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 343 (2015 - R\$ 189). **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações com empresas do grupo no valor de R\$ 931.296 (2015 - R\$ 893.273) com vencimento em janeiro de 2017 (2015 - janeiro de 2016). **6. Outros créditos e outras obrigações:** "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 26.433 (2015 - R\$ 24.894) (Nota 8 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 2.333 (2015 - R\$ 2.613) (Nota 9). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", referem-se, principalmente a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 50.402 (2015 - R\$ 51.186) e provisões para obrigações legais relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 22.678 (2015 - R\$ 21.237) (Nota 8 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicáveis, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras**

obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para pagamentos relacionados à despesa de pessoal no valor de R\$ 2.111 (2015 - R\$ 2.426) e despesas administrativas no valor de R\$ 1.658 (2015 - R\$ 1.613). **7. Negociação e intermediação de valores:** "Negociação e intermediação de valores" referem-se, no passivo, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 488.117 (2015 - R\$ 526.653), em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição. **8. Passivos contingentes e obrigações legais:** A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; e (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2016	2015	2016	2015
Fiscais e previdenciárias	26.433	24.894	22.678	21.237
Total	26.433	24.894	22.678	21.237

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	21.237	21.584	-	-
Despesas financeiras - juros	1.441	1.482	-	-
Reversões	-	(1.829)	-	-
Saldo final	22.678	21.237	-	-

9. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário:

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2016	2015
Contingências fiscais	761	759
Provisão de honorários advocatícios	677	661
Provisão para participações nos lucros	452	507
Unidades de Ações Restritas - RSU	176	294
Outros	267	392
Total de créditos tributários - ativo	2.333	2.613

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 242 (2015 - R\$ 382), tendo sido realizado R\$ 522 (2015 - R\$ 1.119) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 2.333 é estimada em 22% no 1º ano, 6% no 2º ano, 5% no 3º ano, 6% no 4º ano, 4% no 5º ano, 7% nos 6º e 7º anos, 13% nos 8º e 9º anos e 17% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 1.330 (2015 - R\$ 1.322). A Distribuidora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2016	2015
Resultado antes de IRPJ e CSLL	163.777	150.929
Juros sobre o capital próprio	(23.500)	-
Resultado ajustado	140.277	150.929
Encargo total de IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(63.125)	(67.918)
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(65)	(41)
Efeito CSLL 5%	21	5.314
Outros	25	(11)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(19)	5.262
Total da despesa de IRPJ e CSLL no período	(63.144)	(62.566)

10. Patrimônio líquido: O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois o que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 60.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros - Estatutária no valor de R\$ 60.000, sem a emissão de novas ações. Este aumento foi aprovado pelo BACEN em 25 de junho de 2015. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 80.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros - Estatutária, sem a emissão de novas ações. Este aumento foi aprovado pelo BACEN em 22 de junho de 2016. A Reserva de Lucros - Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de Lucros - Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 09 de dezembro de 2016 foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 23.500 (Nota 3 (i)). Os acionistas optarão pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 29 de dezembro de 2016 e 22 de dezembro de 2015, respectivamente. **11. Benefícios: (a) Fundo de pensão:** A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Distribuidora contribuiu com R\$ 246 (2015 - R\$ 305) para o Fundo. (b) **Unidades de ações restritas:** Os funcionários elegíveis da Distribuidora participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Segundo semestre em 2016		Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2016	2015	2015
Receitas de intermediação financeira		74.143	152.976	136.562	
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		74.143	152.976	136.562	
Resultado bruto de intermediação financeira		74.143	152.976	136.562	
Outras receitas (despesas) operacionais		6.035	10.864	14.367	
Receitas de prestação de serviços	13 (a)	22.730	42.842	36.774	
Despesas de pessoal		(5.151)	(9.588)	(11.254)	
Despesas administrativas	13 (b)	(7.233)	(12.794)	(5.787)	
Despesas tributárias		(4.640)	(9.404)	(8.368)	
Outras receitas operacionais	13 (c)	1.099	2.373	4.570	
Outras despesas operacionais	13 (d)	(770)	(2.565)	(1.568)	
Resultado operacional		80.178	163.840	150.929	
Resultado não operacional		(63)	(63)	-	
Resultado antes da tributação sobre o lucro		80.115	163.777	150.929	
Imposto de renda e contribuição social	9	(25.486)	(63.144)	(62.656)	
Provisão para imposto de renda		(14.229)	(34.914)	(37.226)	
Provisão para contribuição social		(11.392)	(27.950)	(24.692)	
Ativo fiscal diferido		135	(280)	(738)	
Lucro líquido do semestre/exercício		54.629	100.633	88.273	
Juros sobre o capital próprio		(23.500)	(23.500)	-	
Quantidade de ações	10	50.000	50.000	50.000	
Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$		1.092,58	2.012,66	1.765,46	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre em 2016		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015	2015
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado	54.279	100.562	86.862	
Lucro líquido do semestre/exercício	54.629	100.633	88.273	
Ajuste ao lucro líquido	(350)	(71)	(1.411)	
Ativo fiscal diferido	(135)	280	738	
Atualização de depósitos judiciais	(990)	(1.886)	(1.888)	
Provisões/reversões para contingências	728	1.441	(347)	
Depreciações	47	94	86	
Variação de ativos e obrigações	(30.632)	(76.902)	(86.907)	
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(134.235)	(38.023)	198.641	
Redução em outros créditos	32	(6)	2.194	
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	24	11	(3)	
Aumento/(Redução) em outras obrigações	109.709	25.706	(235.438)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.482)	(64.650)	(52.301)	
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades operacionais	23.647			